**Grupos de Pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos: Panorama Brasileiro**

Research Groups about Youth and Adult Education: Brasilian Overview

Morgana Zardo Von Mecheln[[1]](#footnote-1), Maria Herminia Lage Fernandes Laffin[[2]](#footnote-2)

Como os grandes caminhos que dão voltas entre montanhas e vão aos poucos se tornando planos e cômodos de tanto serem frequentados, é muito melhor segui-lo do que empreender um rumo mais direto, escalando rochedos e descendo até o fundo dos precipícios (Descartes, 2014, p. 50).

**Resumo:** O presente artigo emerge de uma pesquisa que teve como objetivo geral compreender o panorama brasileiro dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq sobre Educação de Jovens e Adultos. Parte-se da seguinte problemática quais são os grupos de pesquisas cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)? Quais são os estudantes e professores que fazem parte desses grupos? Como estão distribuídos pelo país? Quais as instituições promotoras? Os aportes teóricos buscam contribuições de autores como Abreu (2018), Demo (2011), Moraes (2009), Noronha (2004), assim como pelos documentos legais da EJA. A abordagem e tratamento do objeto em análise foram de natureza bibliográfica e a pesquisa de natureza documental. A pesquisa empírica deste estudo foi realizada na base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os resultados do estudo revelaram que os grupos de pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos no Brasil ainda não são muitos, no total de 39 levantados, mas congregam milhares de acadêmicos, pesquisadores, trabalhadores e estudantes divididos nas cinco regiões do país. Participantes esses que enfrentam as (o)pressões das entidades reguladoras, assim como se aproximam da dura realidade dos sujeitos da EJA, em uma mistura produtiva entre ciência e militância, entre o estudo acadêmico e a prática social.

**Palavras-chave**: Educação de Jovens e Adultos. Grupos de Pesquisa.

**Abstract:** The present article emerges from a research whose as general objective to understand the Brazilian panorama of the research groups registered in the CNPq about Youth and Adults Education. It starts with some questions: Which are the research groups registered in the National Council of Scientific and Technological Development (CNPq)? Who are the students and teachers who are part of these groups? How are they distributed throughout the country? Which are the promoting institutions? theories seek contributions from authors such as Abreu (2018), Demo (2011), Moraes (2009), Noronha (2004), as well as the legal documents of the EJA. The approach and treatment of the analysis object were bibliographical nature and research documentary nature. The empirical research of this study was carried out in the database of the Directory of Research Groups in Brazil, linked to the National Council of Scientific and Technological Development (CNPq). The results of the study revealed that the research groups about Youth and Adult Education in Brazil are still few, 39, but congregate thousands of academics, researchers, workers and students divided in the five regions of the country. These participants face the pressures of regulators agencies, as they approach the harsh reality of the subjects of EJA, in a productive mix between science and militancy, between academic study and social practice.

**Keywords**: Youth and Adult Education. Research Groups.

**Introdução**

Este artigo é resultado de um trabalho de pesquisa intitulado Grupos de Pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos: panorama brasileiro é apresentado aqui em sua forma sintetizada e sistematizada mantendo, no entanto, a estrutura dos capítulos, o referencial teórico e a análise completa dos dados obtidos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade da Educação Básica, passou a ser nomeada desta maneira a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, lei 9.394) promulgada no ano de 1996. Antes da referida lei, a modalidade era conhecida como ensino supletivo, o que lhe conferia um caráter de ensino compensatório e suplementar, ou seja, diferenciada da educação regular destinada a crianças e adolescentes.

Atualmente a EJA, seus diversos interlocutores e defensores, lutam para que esta seja consolidada como integrante da Educação Básica e reconhecidos seus direitos, investimentos e, consequentemente, legitimação dos sujeitos que dela fazem parte. Um dos meios de conseguir integrar e alimentar a defesa da EJA é a pesquisa acadêmica que difunde, divulga e compartilha o conhecimento dessa área da educação.

Aprofundando o tema, a ideia nuclear da pesquisa apresentada neste artigo foi desenvolver um estudo sobre os grupos de pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos presentes no Brasil buscando compreender o panorama brasileiro dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq sobre Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, foram levantados alguns questionamentos: quais são os grupos de pesquisas cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)? Quem são os estudantes e professores que fazem parte desses grupos? Como estão distribuídos pelo país? Quais as instituições promotoras?

A intenção foi elaborar um panorama desses grupos e de suas pesquisas fazendo visibilizar a área da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, fortalecendo os estudos acadêmicos. Para tanto, apresenta-se no artigo os seguintes elementos: apresentar alguns referenciais teóricos e documentais sobre Educação de Jovens e Adultos e pesquisa acadêmica; situar o mapeamento dos grupos de pesquisa sobre EJA cadastrados no CNPq; e identificar as características constituintes dos grupos de pesquisa sobre EJA e suas particularidades.

Em pleno ano de 2018, pode haver dúvida sobre a necessidade de realizar pesquisas sobre a temática de Educação de Jovens e Adultos, uma vez que a educação é um direito garantido constitucionalmente e o ensino obrigatório a partir dos 4 anos de idade. Por isso, é relevante destacar que, mesmo com políticas institucionalizadas, as diversas trajetórias de vida fazem com que muitas pessoas ainda não tenham acesso ao direito da educação ou, na maior parte dos casos, precisem abandonar os estudos pelos mais diversos motivos.

Acreditamos não ser necessário sequer usar dados estatísticos para mostrar quantos, no Brasil e na América Latina em geral, são ‘mortos em vida’, são ‘sombras’ de gente, homens, mulheres, meninos, desesperançados e submetidos a uma permanente ‘guerra invisível’ em que o pouco de vida que lhes resta vai sendo devorado pela tuberculose, pelas esquistossomose, pela diarreia infantil, por mil enfermidades da miséria, muitas das quais a alienação chama de ‘doenças tropicais’... (Freire, 2017, p. 233-234).

Contudo, traz-se aqui alguns números para elucidar a situação, de acordo com a última publicação completa da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2018) feita no Brasil, a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade foi de 7,0%, representando 11,5 milhões de pessoas analfabetas (PNAD, 2018).

Também o nível de instrução da população brasileira chama a atenção, ainda segundo a PNAD (2018), apenas 46,1% das pessoas com 25 anos ou mais concluíram pelo menos a educação básica obrigatória (ensino fundamental e ensino médio), ou seja, 53,9% da população não concluiu a educação básica e está dividida nos seguintes níveis: sem instrução; fundamental incompleto; fundamental completo e ensino médio incompleto. Logo, é possível inferir que ainda há significativa demanda pelos processos de escolarização fora da considerada “idade certa”, a Educação de Jovens e Adultos, que considera outros tempos de aprendizagem para jovens, adultos, idosos, trabalhadores, oprimidos, marginalizados.

Para Machado (2013, p. 12), a EJA enfrenta uma difícil realidade que começa com o perfil dos alunos: “um número assustador de pessoas, classificadas do ponto de vista econômico como miseráveis, pobres ou em condição de vulnerabilidade, que em sua expressiva maioria sequer consideram que a educação é um direito seu e que por ela devem lutar”. Segundo a autora, muitos jovens e adultos trabalhadores creem que a possibilidade de retorno aos estudos está muito distante e aqueles que voltam, desejam sanar as demandas imediatas do mercado de trabalho, que cobra por escolarização para o acesso a empregos cada vez mais escassos.

No entanto, mesmo com esse percentual, o número de jovens e adultos que frequentam turmas de EJA ainda é abaixo do necessário para a garantia do direito de educação para todos. No ano de 2017, 853 mil pessoas frequentavam a EJA do ensino fundamental e 811 mil a EJA do ensino médio (PNAD, 2018). Justifica-se, desse modo, a importância do estudo na área de Educação de Jovens e Adultos, de maneira que se possa compreender a temática, suas políticas, seus interlocutores e que o debate seja ampliado para que a realidade seja transformada.

**Educação de Jovens e Adultos: alguns elementos de contextualização**

A Educação de Jovens e Adultos, definida por essa nomenclatura, foi estabelecida pela LDBEN no ano de 1996, no entanto, ela é muito mais antiga e significativamente mais ampla do que a referida lei manifesta. A EJA é um “conjunto de práticas, saberes, posições políticas e sujeitos caracterizados por interesses sociopolíticos no ensejo de abolir a desigualdade social, promovendo a inserção dos jovens, adultos e idosos no mundo letrado pela escolarização e a ascensão da classe trabalhadora” (Abreu, 2018, p. 54).

Nesse sentido, a EJA, como modalidade da Educação Básica, ultrapassa definições restritas ao processo educativo, abrangendo as esferas sociais e políticas que constituem a sociedade contemporânea, “é um espaço de relações de forças, de interesses e apropriações, pois ela vem garantindo o acesso à escolarização da classe trabalhadora no Brasil não escolarizada e/ou não alfabetizada, permitindo, assim, a ascensão de muitos excluídos” (Abreu, 2018, p. 43).

Historicamente, a EJA se desenvolveu ligada à Educação Popular - e não à educação formal -, desde o princípio da trajetória educativa no Brasil, especialmente com as missões jesuítas da Igreja Católica para o resgate do povo de sua suposta ignorância.

Evidentemente esse processo educativo era vinculado a tentativas de civilizar as pessoas no Brasil colônia, e não exatamente educá-las. Já no Brasil Império, pós independência, sujeitos sem escolarização continuavam a ser considerados *sub-cidadãos*, onde a Constituição da época explicitava o impedimento de voto dos analfabetos (Noronha, 2004).

Nas décadas seguintes, o Brasil seguiu a tendência internacional - mesmo que com suas particularidades - de, por meio da educação de adultos, disciplinar a força de trabalho para o modo de produção capitalista em franca expansão e fortalecimento, fazendo com que a luta pela educação fosse assumida também como pauta da classe trabalhadora (Noronha, 2004). Para a autora é interessante perceber que há diversos momentos nos embates travados na sociedade em que os interesses antagônicos parecem convergir, como no caso da luta pela escolarização, que tinha fins diferenciados para a classe trabalhadora e para a classe burguesa, porém ambas defendiam os processos educativos.

De acordo com Abreu (2018, p. 58), a Educação de Jovens e Adultos - ainda não nomeada desta maneira - somente “despontou com entusiasmo no cenário nacional brasileiro no final década de 1950 e início da década de 1960, vinculando educação popular e educação escolar, quando Paulo Freire assumiu o contexto lançando debate, mobilização e conhecimento” aos sujeitos da EJA. Ainda de acordo com o autor, muitos movimentos surgiram nessa época, como o Movimento de Cultura Popular (MCP) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). “E foi no MCP que surgiu Paulo Freire com os sistemas de alfabetização de adultos, que foram iniciados em Recife e, posteriormente, aplicados em Angicos” (Abreu, 2018, p. 59). É considerável destacar que “o MCP associava a cultura popular à luta política, conscientizando as massas e alfabetizando por meio de círculos de cultura” (Gadotti, 2013, p. 49-50).

A EJA, propriamente com a nomenclatura de Educação de Jovens e Adultas, foi estabelecida pela LDBEN 9.394, aprovada no Congresso Nacional no ano de 1996, com relatoria do senador Darcy Ribeiro, um dos grandes líderes e pensadores da educação na época. Desde então, têm-se por jovens e adultos o público destinatário das políticas públicas para continuidade e conclusão da educação básica, qual seja: sujeitos com mais de 15 anos para a conclusão do ensino fundamental e maiores de 18 anos para a conclusão do ensino médio (Brasil, 1996).

Para Laffin (2013), o termo “jovens e adultos” passa a representar todas as idades e em todas as épocas da vida dos sujeitos, enquanto a palavra suplência aponta para a função de apenas recuperar o tempo perdido.

Hoje, a Educação de Jovens e Adultos está consolidada como política pública, entretanto, continua sendo considerada à parte da educação regular, muitas vezes desacreditada como modalidade da Educação Básica. Justamente por isso, é que diversos pesquisadores, professores, congressos, grupos de estudo são dedicados à compreensão da dinâmica da EJA, para que esta possa ser entendida tanto na teoria quanto na prática e que, de algum modo, possa ser transformada na vida concreta dos sujeitos que dela necessitam para conquistar o direito universal da educação para todos.

**Pesquisa Acadêmica: a EJA como objeto de estudo**

A Educação de Jovens e Adultos se constitui como objeto de investigação por parte dos pesquisadores da área da Educação no Brasil somente no final da década de 1980[[3]](#footnote-3) (Abreu, 2018), demonstrando que o campo de estudo ainda é recente e que demanda esforço dos estudantes de graduação e pós-graduação para seu fortalecimento enquanto objeto de monografias, dissertações e teses.

Em um estudo, em amplitude e profundidade, coordenado por Sérgio Haddad, foi possível verificar um estado do conhecimento das pesquisas produzidas em Educação de Jovens e Adultos no período dos anos de 1986 a 1991. A pesquisa de Haddad (2002) identificou 7.568 pesquisas publicadas no país no período anteriormente citado, abarcando dissertações e teses, sendo que deste montante apenas 222 tinham como foco de estudo a Educação de Jovens e Adultos. Conforme Haddad (2002, p. 15), “há um desafio crescente para as universidades no sentido de garantir/ampliar os espaços de discussão da EJA nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, sendo fundamental considerar nestes espaços a produção já existente em Educação de Jovens e Adultos”.

Dentre os diversos desafios existe um particularmente impactante: o não reconhecimento da EJA como área de conhecimento na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma importantefundação vinculada ao Ministério da Educação de fomento e financiamento às pesquisas na pós-graduação do país. A CAPES classifica a Educação de Adultos no quarto nível, uma especialidade. Esta falta de reconhecimento ocasiona o “não financiamento das pesquisas por parte das agências, na falta de rubrica em editais de fomento à pesquisa, no não reconhecimento da EJA na elaboração das políticas de estado e, portanto, no não cumprimento das metas voltadas à EJA no Plano Nacional de Educação” (Abreu, 2018, p. 68).

Para Abreu (2018, p. 43-44), a EJA, mesmo com recursos financeiros escassos, “produz paradigmas, supera tantos outros, produz objetos de conhecimento, promove problematizações específicas sobre o seu campo empírico, desenvolve teoria e epistemologias”. Nesse sentido, há que se inferir que a Educação de Jovens e Adultos tem que lutar para sobreviver na pós-graduação, uma vez que os recursos e incentivos são insuficientes para quem pesquisa este e neste campo da educação.

Mesmo em um cenário atual de acanhado desenvolvimento das pesquisas científicas no âmbito das ciências humanas, há nas universidades brasileiras “(...) programas de pós-graduação constituídos em centros e grupos de pesquisa que, no entanto, sustentados de fora, inclusive independentemente dos orçamentos regulares da universidade, permanecem como ‘ilhas de excelência’ num mar de frangalhos” (Marques, 2011, p. 138, grifos no original). Sendo assim, muitos grupos de pesquisa na pós-graduação mantém-se firmes devido à dedicação de professores e pesquisadores que enfrentam a deterioração do ensino superior em prol da preservação da ciência. Assim também, como afirma Demo (2011), grande parte dos cursos de Pedagogia utilizam-se de didáticas ultrapassadas inspiradas predominantemente no método instrucionista, o que impacta na falta de formação conveniente de pesquisador.

É imprescindível salientar que, de acordo com Bianchetti, Valle e Pereira (2015), a CAPES sustenta a vinculação entre avaliação e financiamento das produções acadêmicas, expressando a relação existente entre o Estado brasileiro com a ciência, provocando competição intra e entre áreas. Originalmente, ainda segundo os autores, a pós-graduação seria meio para a transformação da universidade brasileira, hoje para os atuais dirigentes dos órgãos de regulação e financiamento a pós-graduação parece ser apenas um meio de melhorar os índices brasileiros da produção de ciência. “E deve-se reconhecer, como já apontado, que formar em torno de doze mil doutores e acima de quarenta mil mestres por ano, além de contribuir para que o Brasil ultrapasse a barreira dos 2% das publicações científicas mundiais, não é pouco” (BianchettI; Valle; Pereira, 2015, p. 55).

No caso da Educação de Jovens e Adultos, as pesquisas acadêmicas ainda estão em processo de ampliação nas universidades, diferente de outros campos como a EducaçãoInfantil, por exemplo, já estabelecido. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), durante o período de 2006 a 2015, foram produzidas 15 pesquisas sobre EJA no Programa de Pós-Graduação em Educação, linha Ensino e Formação de Educadores, sendo que de 2000 a 2005 nenhuma pesquisa foi identificada sobre a temática (Meyer et al., 2018). Na pesquisa supracitada foram apontadas algumas carências nas pesquisas sobre EJA, “com relação a pesquisas na área educação e trabalho, processos de aprendizagem de jovens e adultos, questões de gênero, questões étnico-raciais e juvenilização na EJA, evidenciando a necessidade de futuras pesquisas com tais temas” (Meyer et al., 2018, p. s/n).

São justamente as carências de determinado campo de estudo é que os pesquisadores de grupos institucionalizados se debruçam para entender, desenvolver teorias e compartilhar novas análises. Daí a importância de grupos ou núcleos de pesquisa nas universidades que possibilitam a compreensão de delimitado objeto para o aprofundamento teórico e prático.

**Metodologia da Pesquisa**

Neste estudo foram utilizadas como fontes para a abordagem e tratamento do objeto em análise, a pesquisa de natureza bibliográfica e a pesquisa de natureza documental. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida mediante o emprego de teóricos que depreenderam significativos estudos na área da Educação de Jovens e Adultos e a pesquisa documental foi realizada na base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Para averiguar o panorama dos grupos acadêmicos que pesquisam sobre a Educação de Jovens e Adultos optou-se por delimitar o estudo aos grupos cadastrados e certificados pelo CNPq. “Parte da comunidade científica brasileira que realiza suas atividades de pesquisa em grupos mantêm suas composições de trabalho registradas no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)”(Moreira; Vilan Filho; Mueller, 2015, p. 95). Para os autores, o aumento do interesse em estar incluído neste repositório deve-se à visibilidade adquirida pelos pesquisadores, estudantes e técnicos, assim como as linhas de pesquisa, e as especialidades do conhecimento.

Desde sua origem, o Conselho promoveu e estimulou o desenvolvimento de investigações científicas e tecnológicas mediante a concessão de recursos financeiros, inclusive. Cabe aqui salientar que, devido à vinculação financeira, há muito debate na comunidade científica sobre o nível de autonomia das universidades frente aos órgãos de regulamentação, “(...) quando há recursos públicos envolvidos, a vigilância e a responsabilidade devem ser redobradas” (Bianchetti; Valle; Pereira, 2015, p. 57), ou seja, torna-se uma autonomia limitada aos pressupostos da instituição financiadora.

Já o Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP), que é atrelado ao CNPq, é um inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica que estão em atividade no Brasil. Distintas informações estão contidas no DGP, como os recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), as linhas de pesquisa em andamento, as especialidades do conhecimento, dentre outras, sendo alimentado pelos próprios sujeitos envolvidos nos grupos.

Por conseguinte, o DGP/CNPq foi escolhido como base para a pesquisa empírica, onde os dados foram coletados para posterior análise. A pesquisa foi realizada por meio do site do DGP/CNPq , utilizando as palavraschave “educação de jovens e adultos” para a consulta parametrizada na base corrente.

Também como opção metodológica para restringir o universo dos dados, foram eleitos para análise apenas os grupos de pesquisa certificados e atualizados. Nesta consulta preliminar foram localizados 199 registros, ou seja, 199 possibilidades de grupos de pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos certificados no CNPq. Não obstante, para filtrar os grupos, privilegiou-se os grupos de pesquisa que tratam prioritariamente da Educação de Jovens e Adultos e a seleção deu-se pelo nome do grupo e/ou as linhas de pesquisa, que deveriam constar as palavras chave supracitadas. Nesse sentido, grupos que se ocupam de outras temáticas diversas e/ou além da EJA foram desconsiderados para o aprofundamento deste estudo. A partir do refinamento realizado, chegou-se à totalidade de 58 grupos que desenvolvem pesquisas no âmbito da Educação de Jovens e Adultos como temática prioritária e que estão ou foram cadastrados no DGP/CNPq. Deste montante, 39 grupos de pesquisa estão atualizados e/ou certificados pelo CNPq, 8 não apresentaram atualizações nos últimos 12 meses, e outros 11 grupos foram excluídos do diretório (pelo próprio líder ou automaticamente pelo sistema por alguma regra estabelecida), permanecendo visível apenas para consultas.

**Grupos de Pesquisa sobre EJA: o que dizem os dados coletados?**

Numericamente, o universo da análise foi de 39 grupos de pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Uma ressalva importante a ser apontada é de que as análises foram realizadas a partir dos dados inseridos pelos próprios líderes dos grupos de pesquisa na base do DGP/CNPq, portanto, passíveis de incorreções de ordem de preenchimento de campos, interpretações diversas sobre as categorias estudante e pesquisador, dentre outras questões que poderiam ser averiguadas por meio de entrevistas e pesquisa de campo, técnicas estas que não foram utilizadas por opção metodológica. De modo algum os dados são inconsistentes, mas isso indica que podem sim ser aprofundados em pesquisas futuras.

Os quadros a seguir, trazem a apresentação dos dados obtidos desmembrados de acordo com a região do Brasil e exibidos de acordo com o ano de formação e o Estado da Instituição do grupo de pesquisa.

**Quadro 1: grupos de pesquisa sobre EJA na região Norte**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano de formação** | **Grupo de Pesquisa** | **Líder do grupo** | **Instituição** | **Estado** |
| 1989 | Núcleos de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais | Ronney da Silva Feitosa, Antonia Silva de Lima | Universidade Federal do Amazonas - UFAM | **AMAZONAS** |
| 2008 | Observatório de EJA - Reescrevendo o Futuro | Maria de Nazaré Correa da Silva | Universidade do Estado do Amazonas - UEA | **AMAZONAS** |
| 2010 | Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos e Diversidade na Amazônia. GUEAJA  | Georgina Negrão Kalife Cordeiro, Joana d’Arc de Vasconcelos Neves | Universidade Federal do Pará - UFPA  | **PARÁ** |
| 2017 | Núcleo de Pesquisa e Estudos em Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos (NUPEEXPOPEJA) | Marilza Sales Costa  | Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSP | **PARÁ** |
| 2016 | Paulo Freire e Educação de Jovens e Adultos na Amazônia Setentrional | Sebastião Monteiro Oliveira  | Universidade Federal de Roraima - UFRR  | **RORAIMA** |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

**Quadro 2: grupos de pesquisa sobre EJA na região Nordeste**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano de formação** | **Grupo de Pesquisa** | **Líder do grupo** | **Instituição** | **Estado** |
| 2006 | Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos  | Waldênia Leão de Carvalho, Ernani Martins de Santos  | Universidade de Pernambuco - UPE  | **PERNAMBUCO** |
| 2011 | NUPEP EJA | Janayna Silva Cavalcante de Lima, Rosângela Tenório de Carvalho  | Universidade Federal de Pernambuco - UFPE  | **PERNAMBUCO** |
| 2008 | Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos - Multieja  | Marinaide Lima De Queiroz Freitas, Antonio Francisco Ribeiro de Freitas | Universidade Federal de Alagoas - UFAL | **ALAGOAS** |
| 2017 | Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos, Idosos e Campesinos - NUPEEJAIC Universidade  | Sara Jane Cerqueira Bezerra, Jhonatan David Santos das Neves  | Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL  | **ALAGOAS** |
| 2009 | Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos  | Francisco Canindé da Silva, Luiz Ricardo Ramalho de Almeida | Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN | **RIO GRANDE DO NORTE** |
| 2010 | A Educação de Jovens e Adultos: políticas, práticas e discursos no cenário brasileiro  | Erenildo João Carlos | Universidade Federal da Paraíba - UFPB  | **PARAÍBA** |
| 2015 | Educação de Jovens e Adultos e educação popular: a pesquisa a serviço da prática educativa | Luiz Gonzaga Gonçalves, Quezia Vila Flor Furtado | Universidade Federal da Paraíba - UFPB  | **PARAÍBA** |
| 2017 | Grupo de Estudos e Pesquisas Educação de Jovens e Adultos e Diversidade (GEPEJAD)  | Eduardo Jorge Lopes da Silva, Roseane Maria de Amorim | Universidade Federal da Paraíba - UFPB  | **PARAÍBA** |
| 2016 | Contextos e cognição na Educação de Jovens e Adultos - CCEJA  | Erica Valeria Alves, André Ricardo Lucas Vieira | Universidade do Estado da Bahia - UNEB | **BAHIA** |
| 2018 | Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas e em Políticas Públicas (NEPEJA) | Inês Angélica Andrade Freire, Maria de Cássia Passos Brandão Gonçalves | Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB | **BAHIA** |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

**Quadro 3: grupos de pesquisa sobre EJA na região Centro-Oeste**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano de formação** | **Grupo de Pesquisa** | **Líder do grupo** | **Instituição** | **Estado** |
| 2000 | Grupo de Ensino-Pesquisa-Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais - GENPEX | Maria Clarisse Vieira, Renato Hilário dos Reis | Universidade de Brasília - UnB | **DISTRITO FEDERAL** |
| 2007 | Transiarte - Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional  | Lucio França Teles, Dorisdei Valente Rodrigues | Universidade de Brasília - UnB | **DISTRITO FEDERAL** |
| 2015 | Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos  | Liliam Cristina Caldeira, Antonio Lino Rodrigues de Sá  | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS | **MATO GROSSO DO SUL** |
| 2016 | GEEJA - Grupo de Estudos sobre Educação de Jovens e Adultos Instituto  | Nadir de Fatima Borges Bittencourt, Veralúcia Guimaraes de Souza  | Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT  | **MATO GROSSO** |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

**Quadro 4: grupos de pesquisa sobre EJA na região Sudeste**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano de formação** | **Grupo de Pesquisa** | **Líder do grupo** | **Instituição** | **Estado** |
| 1995 | Juventude e práticas educativas em Educação de Jovens e Adultos  | Marilia Pontes Sposito, Sergio Haddad  | Universidade de São Paulo - USP  | **SÃO PAULO** |
| 1997 | Grupos de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos  | Nima Imaculada Spigolon, Sandra Fernandes Leite | Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP  | **SÃO PAULO** |
| 2006 | GEPEP - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular  | Antonio Francisco Marques, Eliana Marques Zanata  | Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP  | **SÃO PAULO** |
| 2009 | Sujeitos, espaços e práticas no campo da educação de jovens e adultos  | Claudia Barcelos de Moura Abreu, Mariângela Graciano | jovens e adultos Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP  | **SÃO PAULO** |
| 2015 | Grupo de Pesquisa em Educação Profissional do Instituto Federal de São Paulo, campus São Roque (GPEP-IFSP/SRQ)  | Rogério de Souza Silva | Instituto Federal de São Paulo - IFSP | **SÃO PAULO** |
| 2017 | Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos - GEPEJA - UNESP  | Fábio Fernandes Villela  | Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP  | **SÃO PAULO** |
| 1999 | Núcleo de Educação de Jovens e Adultos  | Analise de Jesus da Silva, Heli Sabino de Oliveira | Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG | **MINAS GERAIS** |
| 2003 | Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos - NEPEJA  | Nagela Aparecida Bradao | Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG  | **MINAS GERAIS** |
| 2016 | Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens, Adultos e Idosos  | Regina Magna Bonifácio de Araújo, Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva  | Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP | **MINAS GERAIS** |
| 2006 | Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores - EJATRAB  | Sonia Maria Rummert, Jaqueline Pereira Ventura | Universidade Federal Fluminense - UFF  | **RIO DE JANEIRO** |
| 2010 | Laboratório de Investigação, Ensino e Extensão em Educação de Jovens e Adultos  | Enio José Serra dos Santos | Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ  | **RIO DE JANEIRO** |
| 2018 | Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos  | Sandra Regina Sales | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ  | **RIO DE JANEIRO** |
| 2007 | Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional na cidade e no campo  | Edna Castro de Oliveira, Karla Ribeiro de Assis Cezarino  | Universidade Federal do Espírito Santo - UFES  | **ESPÍRITO SANTO** |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

**Quadro 5: grupos de pesquisa sobre EJA na região Sul**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano de formação** | **Grupo de Pesquisa** | **Líder do grupo** | **Instituição** | **Estado** |
| 2003 | Políticas Públicas, educação permanente e práticas educacionais de jovens, adultos e idosos  | Rita de Cássia da Silva Oliveira, Paola Andressa Scortegagna | Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG  | **PARANÁ** |
| 2016 | Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos na Universidade  | Ana Paula Araújo Fonseca, Suellen Mayara Péres de Oliveira  | Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA | **PARANÁ** |
| 2006 | Educação de Jovens e Adultos em Espaços Escolares e Não Escolares  | Ana Cláudia Ferreira Godinho, Aline Lemos da Cunha Della Libera  | Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS  | **RIO GRANDE DO SUL** |
| 2007 | Adultos, Jovens e Educação no contemporâneo | Mónica de la Fare, Guilherme Carlos Corrêa | Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS  | **RIO GRANDE DO SUL** |
| 2014 | Educação de Jovens e Adultos: docência, formação de professore e processos pedagógico da EJA  | Sita Mara Lopes Sant’Anna | Universidade Estadual do Rio Grande dos Sul - UERGS  | **RIO GRANDE DO SUL** |
| 2010 | Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (EPEJA) | Maria Herminia Lage Fernandes Laffin, Sandra Aparecida Antonini Agne | Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  | **SANTA CATARINA** |
| 2011 | Educação de Jovens e Adultos e os desafios na contemporaneidade  | Anderson Sartori | Instituto Federal Catarinense - IF Catarinense  | **SANTA CATARINA** |

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Sánchez Gamboa (2003) destaca que a consolidação da produção dos trabalhos dos grupos de pesquisa depende do aprofundamento de suas reflexões sobre as questões epistemológicas, fazendo a articulação entre técnicas e métodos, com as teorias e, essas teorias, com critérios de rigorosidade científica. Logo, grupos de pesquisa se tornam relevantes por seus aprofundamentos em determinada área do conhecimento, conseguindo congregar interessados nos desvelamentos da temática e, ao mesmo tempo, constituindo uma base de referência para, no caso deste trabalho, a Educação de Jovens e Adultos. É, por isso, que diversos líderes de grupos de pesquisa são, também, referências teóricas para o campo de estudo da EJA, como os casos de Marilia Pontes Sposito, Sérgio Haddad, Sonia Maria Rummert, Jaqueline Pereira Ventura, Jane Paiva, Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin, Anderson Sartori, dentre outros professores-pesquisadores que formaram grupos em suas instituições de ensino a fim de ampliar e aprofundar as questões pertinentes à EJA e, desse modo, produzem conhecimento coletivamente.

Demo (2011, p. 62, grifo no original) enfatiza esta questão quando afirma que “o importante é reconhecer que a realidade, para ser tratada com maior cuidado e compleição, carece de muitos olhares conjugados. Não se faz isso individualmente, mas só com trabalho em equipe, formada por ‘especialistas’ diversos”. A conjugação é inerente aos grupos de pesquisa, onde diversos indivíduos com trajetórias sociais e acadêmicas diversas se encontram para o confronto criativo do objeto posto.

Os dados revelaram que os grupos de pesquisa são compostos por professores, estudantes de doutorado, estudantes de mestrado, estudantes de especialização e estudantes de graduação, sendo que todos trazem um novo ponto de vista para as questões do grupo, uma vez que os participantes podem ser de áreas diferentes, a pluralidade de ideias é evidente.

No que concerne à formação dos grupos de pesquisa, de 1989 a 1999 foram criados apenas 4 grupos de pesquisa no Brasil, do ano de 2000 a 2009 foram criados 19 grupos e, nesta década, de 2010 até o ano atual de 2018 foram formados 35 grupos de pesquisa sobre EJA, considerando o registro no CNPq. Há algumas apostas sobre o “boom” na formação dos grupos de pesquisa e, a primeira, é o intenso investimento na educação superior promovida à partir do ano de 2003 no primeiro mandato (pós-redemocratização) de um governo alinhado às demandas populares. Neste caso, havia demanda explícita no que se refere ao ensino de adultos e, garantir as pesquisas nessa área foi estratégia para a formulação de políticas públicas e ações governamentais. Segundo Pereira e Silva (2010), durante o Governo Lula foram criadas quatorze novas universidades federais, sem mencionar a criação dos Institutos Federais e sua ampliação em todo o território nacional. Essas ações tiveram grande impacto no modo de produzir ciências nas universidades do país. A segunda aposta é de que cada vez mais as agências de fomento, como o CNPq e a CAPES, estão se tornando agências que não só financiam, mas que regulam e avaliam os processos de pesquisa. Esta questão impõe que sejam formados grupos para a participação em editais públicos de financiamento, para participação em eventos, para pontuação em concursos públicos, etc., ignorando as necessidades da comunidade acadêmica. Tourinho e Palha (2014), escrevendo sobre a CAPES, discorrem que

ao desconsiderar as características e os recursos locais como ingredientes estratégicos à formatação dos cursos; ao desconsiderar o perfil socioeconômico do alunado (gênero, situação civil, responsabilidade social familiar, emprego) e ao excluir as Instituições de Ensino Superior (IES) dos processos de geração das avaliações, controles, supervisões, a Agência acaba impondo às IES e a seus programas de pós-graduação a adoção de procedimentos que produzem a alienação, visto que se passa a tratar a relação entre os trabalhadores (professores e alunos) e a (sua) produção, como um produto dissociado da realidade social e política que cerca e permeia a universidade (Tourinho; Palha, 2014, p. 276).

A terceira aposta é referente à pressão sofrida pelos programas de Pós-Graduação para publicação contínua em periódicos e livros. Essa pressão, uma vez que é diferente de incentivo, é prioritariamente despendida pela CAPES, órgão que avalia os cursos de Pós-Graduação no Brasil, pontuando necessariamente alunos e professores de acordo com o nível da revista e/ou editora em que seus estudos são divulgados. Esses pontos, ao longo de um quadriênio, culminam em uma nota para o programa de Pós-Graduação, que, por sua vez, acarreta mais ou menos bolsas de pesquisa, manutenção do curso, descredenciamento junto ao MEC, dentre outras sanções que mexem com a vida acadêmica. De acordo com Ribeiro (2012), os critérios de avaliação da CAPES são: produção científica, distribuição da produção científica, formação de mestres e doutores e equilíbrio da formação de mestres e doutores.

Nota-se que os grupos se fortaleceram somem após a LDBEN de 1996 que alterou a terminologia ensino supletivo para Educação de Jovens e Adultos, tornando-a modalidade da Educação Básica, o que impactou nos estudos e pesquisas que já se desenvolviam integradas a outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, a Educação Popular. A mudança promovida pela lei trouxe independência aos estudiosos que já se dedicavam, principalmente, à alfabetização de adultos e à proposição de políticas públicas para essa problemática. Outros dados que emergiram da pesquisa referem-se à quantidade de grupos por região brasileira. Em síntese, a região Norte concentra 5 grupos de pesquisa sobre EJA, na região Nordeste estão 10 grupos, na Centro-Oeste apenas 4, na região Sudeste localizam-se 13 grupos e, por fim, na região Sul estão os demais 7 grupos de pesquisa. É interessante observar as duas regiões que centralizam os grupos de pesquisa: Sudeste e Nordeste; a região Sudeste por aglutinar a maior quantidade de Instituições de Ensino Superior no país; a nordeste por, historicamente, defender os interesses das classes populares, como indígenas, quilombolas, analfabetos, oprimidos, todos sujeitos que representam as demandas da Educação de Jovens e Adultos. Há que se pontuar que maioria expressiva das Instituições localizadas na pesquisa e que servem de base para grupos atualizados/certificados no DGP/CNPq são ou federais ou estaduais, indicando que as instituições privadas de ensino superior possuem outros interesses na pesquisa acadêmica que não a EJA, ou ainda, que não necessitam de vínculo formal com o CNPq. Sobre os participantes dos grupos de pesquisa, também se manifestaram informações significativas.

Há 365 professores e/ou pesquisadores e, de acordo com o site do DGP/CNPq, o pesquisador é um membro graduado ou pós-graduado da equipe de pesquisa, direta, ativa e criativamente envolvido com a realização de projetos e com a produção científica, tecnológica e artística do grupo [...]. Estagiários pós-doutorais devem ser considerados como pesquisadores do grupo, e não como estudantes. É nesse aspecto que podem ter ocorrido alguns erros de preenchimento no diretório do CNPq, uma vez que aqueles que desenvolvem pós-doutorado podem ser considerados, pelos líderes do grupo, como estudantes e não pesquisadores. Em processo de doutoramento há 56 participantes em grupos de pesquisa, alunos de mestrado somam 94 participantes, em cursos de especialização são 21 e graduandos encontram-se na maioria dos estudantes com 116 participantes.

No site do CNPq há a definição de que é estudante aquele, bolsista ou não, em iniciação científica ou em cursos de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) que participa ativamente de linhas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo, como parte de suas atividades discentes, sob a orientação de pesquisadores do grupo. Na categoria dos egressos, foram localizados 405 registros de participantes que já não mais integram os grupos de pesquisa analisados. Porém, no que se refere à esta questão, o DGP/CNPq alerta no site de busca do diretório, que o histórico da participação de pesquisadores e estudantes nos grupos passou a ser guardado somente a partir de 2014. Antes desta data, os participantes que saíam dos grupos não eram contabilizados. Mesmo assim, é expressivo o número de egressos de grupos de pesquisa sobre a EJA que podem ter seguido a carreira no ensino superior, estarem atuando na Educação Básica, carregando consigo nova bagagem preenchida por debates, reflexões, pesquisas, publicações que tem como intenção o impacto social onde quer que se atue. “Estamos convencidos [...] de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática” (Freire, 2017, p. 73).

**Considerações Finais**

É necessário apontar que diversos outros grupos de pesquisa, do universo inicial de 199 registros no DGP/CNPq, também desenvolvem estudos na área da Educação de Jovens e Adultos, mesmo que esta não seja sua temática privilegiada de aprofundamento teórico e prático. Sendo assim, a EJA pode ser considerada um assunto transversal a outras áreas como a Educação Popular, Educação Não Escolar, Políticas Públicas, Juventudes, Educação Básica, Escolarização, Alfabetização, Formação de Professores, Educação Profissional, Educação e Trabalho, Educação do Campo, entre outras.

Também existem os grupos auto-organizados que estudam a Educação de Jovens e Adultos, mas que não possuem vínculo com o CNPq, como nos movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (CONAQ). Nas especificidades dos movimentos sociais, o estudo da EJA é prerrogativa para o enfrentamento da realidade imediata, fornecendo, aos sujeitos militantes, ferramentas básicas para a interpretação do mundo. Ainda se encontram os grupos informais (no sentido de não se constituírem enquanto grupo de pesquisa) que debatem a EJA, como professores e gestores que pensam, planejam e executam ações nos núcleos escolares. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a título de exemplo, desenvolve diversos projetos de educação de trabalhadores, inclusive a educação formal, em articulação com secretarias municipais de educação, promovendo a formação inicial e continuada de jovens e adultos. Para Mecheln (2015), a escola da CUT suscita a práxis da EJA, quando esta viabiliza a teoria e a prática não exclusivamente aos estudantes, mas aos docentes que trabalham nessa e refletem sobre essa modalidade da educação básica. Práxis entendida aqui a partir da perspectiva freireana, sendo “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 2017, p. 52).

Isto indica que o contingente de pessoas envolvidas de algum modo com reflexões da EJA é ainda mais expressivo do que o dado encontrado na pesquisa, de 1.057 pessoas vinculadas aos grupos que pesquisam sobre Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Entende-se, após a análise dos dados, que há bolsões de pesquisadores que estudam as dinâmicas e trajetórias teóricas e práticas da Educação de Jovens e Adultos. Nesse sentido, é possível falar em intelectuais da EJA, que se dedicam ao trabalho de agregar estudantes e pesquisadores, estimular novos estudos, fomentar o compartilhamento de conhecimentos e acabam, inevitavelmente, por ampliar o campo epistemológico da área.

Há que se destacar que a pesquisa em ciências humanas e sociais são paulatinamente desacreditadas enquanto estudo de cunho científico, uma vez que os conhecimentos produzidos nestas áreas possuem caráter transitório, são históricos, aderidos a conjunturas e, sendo assim, não podem ser objetivos, sendo sempre apenas um ponto de vista (Moraes, 2009).

As pesquisas em educação, consequentemente, possuem um desafio além de outras áreas científicas, que é a defesa de seu próprio objeto de conhecimento, sua própria epistemologia. Para Moraes (2009), é determinante a escolha entre as linhas teóricas que conduzem os estudos: uma teoria que contribua para perenizar o presente e administrar o que existe, ou uma teoria que analise criticamente o que existe, que constitua a prática científica consciente de si mesma.

Indo ao encontro das concepções da autora, aqueles que pesquisam sobre a Educação de Jovens e Adultos justamente estão aderidos à criticidade dos modelos educativos postos e das políticas públicas refeitas a cada novo partido que chega ao governo. Há que se salientar que, em um universo de 37.640 grupos de pesquisa registrados no DGP/CNPq, os apenas 39 grupos que pesquisam sobre EJA representam forte resistência frente a parâmetros de cientificidade que gradativamente pretendem desacreditar as humanidades. E, o modo soberano de calar os estudiosos é retirando seu direito de produzir conhecimento.

Recapitulando o que foi apresentado no início deste estudo, a Educação de Jovens e Adultos ainda está se constituindo e consolidando como área de pesquisa acadêmica ao passo que os dados estatísticos da população brasileira revelam que a escolarização e alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais de idade continua defasada frente às políticas contínuas de combate ao analfabetismo. O que os grupos de pesquisas tentam, justamente, é compreender essas dinâmicas da realidade concreta que é encontrada em todo o território nacional, com suas particularidades e peculiaridades que despertam o interesse científico dos mais diversos acadêmicos das instituições federais e estaduais brasileiras.

Conclui-se que, após a análise dos dados obtidos na empiria, os grupos de pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos no Brasil ainda são poucos, mas congregam acadêmicos, pesquisadores, trabalhadores e estudantes divididos nas cinco regiões do país. Participantes estes que enfrentam as (o)pressões das entidades reguladoras, assim como se aproximam da dura realidade dos sujeitos da EJA, em uma mistura produtiva entre ciência e militância, entre o estudo acadêmico e a prática social.

**Referências**

Abreu, A. C. S. de. (2018). Bases Epistemológicas no Campo da Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Tese, PPGE. UFSC: Florianópolis, 2018.

Bianchetti, L.; Valle, I. R.; Pereira, G. R. de M. (2015). O Fim dos Intelectuais Acadêmicos? Induções da CAPES e desafios às associações científicas. Campinas, SP: Autores Associados.

Brasil. (1996). Lei no 9.304 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10/2018.

Demo, P. (2011). Praticar Ciência: metodologias do conhecimento científico. São Paulo: Saraiva.

Freire, P. (2017). Pedagogia do Oprimido. 64a ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gadotti, M. (2013). Alfabetizar e Politizar: Angicos, 50 anos depois. In: Revista de Informação do Semiárido - RISA. v. 1, n.1, p. 47-67, jan./jun. 2013. Edição Especial. Angicos/RN. Disponível em: https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/risa/article/view/3150. Acesso em 10/2018.

Haddad, S. (Coord.). (2002). Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998). Brasília: MEC/Inep/Comped.

Laffin, M. H. L. F. (2013). A Constituição da Docência entre Professores de Escolarização Inicial de Jovens e Adultos. Ijuí: Unijuí.

Machado, M. M. (2013). Apresentação. In: LAFFIN, M. H. L. F. A Constituição da Docência entre Professores de Escolarização Inicial de Jovens e Adultos. Ijuí: Unijuí.

Marques, M. O. (2011). Escrever É Preciso: o princípio da pesquisa. 2a ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Mecheln, M. Z. V. (2015). A compreensão de trabalho dos professores do proeja-fic: contexto da parceria SME e Escola Canto da Ilha/CUT, Florianópolis. Dissertação, PPGE. UFSC: Florianópolis.

Meyer, A. et al. (2018). Pesquisas sobre a Educação de Jovens e Adultos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. In: Revista EJA em Debate. Ano 7, n. 11. IFSC, 2018. Disponível em: http://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2492/1163. Acesso em 10/2018.

Moraes, M. C. M. de. (2009). Indagações sobre o conhecimento no campo da educação. In: Perspectiva. V. 27, n. 2, 315-346, jul/dez. Florianópolis.

Moreira, J. R.; Vilan Filho, J. L.; Mueller, S. P. M. (2015). Características e produção científica dos grupos de pesquisa do CNPq/DGP nas áreas de Ciência da Informação e Museologia (1992 – 2012). In: Perspectivas em Ciência da Informação. V. 20, n. 4, p. 93-106, out/dez 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pci/v20n4/1413-9936-pci-20-04-00093.pdf. Acesso em 10/2018.

Noronha, O. M. (2004). Ideologia, Trabalho e Educação. Campinas: Editora Alínea.

Pereira, T. I; Silva, L. F. S. C. da. (2010). As Políticas Públicas do Ensino Superior no Governo Lula: expansão ou democratização? In: Revista Debates. V. 4, no 2, p. 10-31, jul-dez. Porto Alegre, 2010. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/16316/10573. Acesso em 11/2018.

PNAD (2018) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Educação 2017. IBGE, 2018. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576\_informativo.pdf. Acesso em 10/2018.

Ramalho, B. L. (2006).40 anos da pós-graduação em educação no Brasil: produção do conhecimento, poderes e práticas. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 183-185, Apr.  2006.   Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-24782006000100013&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Mar.  2019.

Ribeiro, R. J. (2012). Para que serve a Avaliação da Pós-Graduação: a visão da CAPES. In: RAES Revista Argentina de Educación Superior. Año 4, no 5, octubre 2012. Disponível em: http://www.revistaraes.net/revistas/raes5\_art3.pdf. Acesso em 11/2018.

Sánchez, G. S. A. (2003). Pesquisa Qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismo. In: Contrapontos. V. 3, n 3, p. 393-405, set-dez. Itajaí.

Tourinho, M. M.; Palha, M. das D.C. (2014). A Capes, a Universidade e a alienação gestada na Pós-Graduação. In: Cadernos EBAPE.BR. v. 12, no 2, artigo 5, abr-jun. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cebape/v12n2/07.pdf. Acesso em 11/2018.

1. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos (EPEJA/UFSC). E-mail: vonmecheln@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Pós-Doutora em Educação de Jovens e Adultos (UNEB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos (EPEJA/UFSC). E-mail: herminialaffin@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Tal data é coerente com o desenvolvimento do primeiro curso de pós-graduação brasileiros, conforme indica Ramalho (2006): “A partir desse marco regulatório, foi criado o primeiro curso de pós-graduação em educação no Brasil, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, iniciado em 1966. Desde então, iniciou-se um longo processo de instalação e regulamentação de cursos e programas – processo contraditório, de avanços e recuos, de aprendizagens para a construção de uma cultura acadêmica que possibilitou que chegássemos à situação na qual nos encontramos hoje”. Portanto, a década de oitenta marca a reafirmação da criação desses cursos e de publicação dos seus trabalhos de conclusão de curso. [↑](#footnote-ref-3)